

## OS ESPAÇOS ABSOLUTO, RELATIVO E RELACIONAL NA NORMATIVA CURRICULAR NACIONAL DE GEOGRAFIA: LIMITES E POSSIBILIDADES

**Lúcio Antônio Leite Alvarenga Botelho**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, MG, Brasil  
Università Degli Studi di Padova - UniPD  
Pós-Graduação em Estudos Históricos, Geográficos e Antropológicos, Pádua, Itália  
[lucio.botelho@usp.br](mailto:lucio.botelho@usp.br)

**Roberto Célio Valadão**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Belo Horizonte, MG, Brasil  
[valadao@ufmg.com.br](mailto:valadao@ufmg.com.br)

### RESUMO

Este artigo apresenta os resultados egressos da leitura analítica e interpretativa das categorias de espaço presentes na atual normativa curricular nacional de Geografia para o Ensino Fundamental. Nessa leitura foram utilizados os procedimentos metodológicos preconizados pela *Grounded Theory*, os quais permitiram analisar o sentido dos textos da normativa a partir da interpretação dos pesquisadores. Partindo-se da premissa de que o espaço que interessa ao desenvolvimento do raciocínio geográfico é o espaço socialmente produzido, propõe-se aqui a apropriação do espaço relacional nas aulas de Geografia, sem exclusão dos espaços absoluto e relativo, mas dando-se ênfase ao primeiro. À vista disso, verificou-se que a BNCC/Geografia contempla, em grande medida, o espaço relacional, de modo que a atual normativa curricular nacional abarca questões contemporâneas do campo de pesquisa do ensino de Geografia. Não obstante, no cotejo das informações e dados aqui discutidos, percebe-se que há ainda um longo caminho a perquirir com vistas à qualificação do Ensino de Geografia, seja no campo do currículo nacional prescrito, seja no campo de sua prática efetiva na escola e em sala de aula.

**Palavras-chave:** BNCC/Geografia. Categorias de espaço. Raciocínio geográfico. Ensino de Geografia.

### THE ABSOLUTE, RELATIVE AND RELATIONAL SPACES IN THE NATIONAL GEOGRAPHY CURRICULUM: LIMITS AND POSSIBILITIES

### ABSTRACT

This article presents the results from the analytical and interpretative reading of the categories of space present in the current national curriculum of Geography for basic education in Brazil. In this reading, the methodological procedures recommended by the Grounded Theory were used, which allowed the analysis of the meaning of the texts of the referred curriculum based on the interpretation of the researchers. Starting from the premise that the space that interests the development of geographic reasoning is the socially produced space, it is proposed here the appropriation of the relational space in Geography classes, without excluding the absolute and relative spaces, but giving emphasis to the first. In view of this, it was found that the BNCC/Geography contemplates, to a large extent, the relational space, so that the current Brazilian curriculum contains contemporary issues in the research field of Geography teaching. Nevertheless, the information and data discussed here allow us to conclude that there is still a long way to go in order to qualify the teaching of Geography, whether in the field of the prescribed national curriculum, or in the field of its effective practice at school and in the classroom.

**Keywords:** BNCC/Geography. Space categories. Geographic reasoning. Geography teaching.

## INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da atual normativa curricular nacional brasileira para a educação básica – a BNCC –, em 2017, ganhou centralidade na Geografia Escolar a busca pelo entendimento e desenvolvimento teórico-prático do raciocínio geográfico naqueles cursos de formação e educação continuada de professores e, também, nas escolas. Diante dos desafios que ensejam o processo cognitivo de se raciocinar geograficamente é que se aportam as análises efetivadas neste trabalho, decorrentes de pesquisa que partiu da leitura e interpretação da BNCC/Geografia, notadamente do Ensino Fundamental. Por meio de discussão teórica, interpretação e análise dessa normativa curricular, metodologicamente guiada pelos princípios da *Grounded Theory*, é que se buscou reconhecer e caracterizar a categoria do conceito espaço privilegiada no atual currículo brasileiro e, mais ainda, compreender as implicações que dela decorrem. As discussões elaboradas neste artigo buscam, portanto, problematizar quanto à importância do espaço na ciência geográfica, mediante, de início, a tratativa de seus distintos conceitos e, mais ainda, de seus desdobramentos na lida cotidiana do professor de Geografia.

No que se refere ao raciocínio geográfico, tomamos como referência a proposta elaborada por Roque Ascenção e Valadão<sup>1</sup> (ROQUE ASCENÇÃO e VALADÃO, 2014, 2016, 2017a, 2017b; ROQUE ASCENÇÃO et al., 2018). Nos estudos desenvolvidos por esses autores há notório esforço no delineamento de uma rede conceitual alimentadora da análise geográfica destinada a favorecer a interpretação da espacialidade do fenômeno investigado em consonância com o desenvolvimento do raciocínio geográfico. Tal rede conceitual está epistemologicamente sustentada nos conhecimentos substantivos da ciência geográfica e em seus elementos epistemológicos passíveis de identificação, tanto em análises geográficas clássicas, como também contemporâneas<sup>2</sup>.

Partimos da premissa de que a Geografia estuda o espaço geográfico, sendo este o objeto principal desta ciência. Mas a qual espaço estamos nos referindo? Em concordância com Harvey (1989), Lefebvre (1974) e Santos (1988), entendemos que o espaço que nos interessa é aquele socialmente produzido. Não obstante, a Geografia desenvolveu ao longo de sua história categorias conceituais de espaço em alinhamento com as suas necessidades analíticas de momento, o que nem sempre correspondia com o espaço social, a ponto de Harvey (1989, p.13-14) questionar: “como diferentes práticas humanas criam e fazem uso de conceituações distintas de espaço?”. Diante deste fato é que nos perguntamos: quais são as categorias de espaço privilegiadas na atual normativa curricular nacional? Há, em alguma medida, referências às diferentes categorias de espaço no texto deste documento? Já de início defendemos aqui a relevância, para o professor de Geografia, quanto à compreensão de que o espaço é simultaneamente absoluto, relativo e relacional, a tal ponto de Mitchell (2021) asseverar que ao espaço pode se agregar somente uma ou todas essas categorias a depender das circunstâncias em perspectiva. Como veremos, nossa intenção aqui não é a de elidir o espaço absoluto e relativo, mas estamos de acordo com Santos (1988) que elege o espaço relacional como aquele que mais se aproxima da Geografia, de tal modo que é essa última categoria que deverá alicerçar nossas práticas docentes voltadas para a interpretação de fatos e fenômenos espaciais em consonância com o raciocínio geográfico.

Em atendimento aos objetivos já postos, este artigo foi estruturado em duas partes. De início são apresentadas questões relativas à epistemologia da Geografia e aos múltiplos enfoques que o espaço foi adquirindo ao longo da edificação do pensamento geográfico. Em seguida são apresentadas as análises e os resultados egressos da leitura e interpretação da BNCC/Geografia<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Os professores Valéria de Oliveira Roque Ascenção e Roberto Célio Valadão coordenam o Grupo de Ensino e Pesquisa em Geografia (GEPEGEO), nucleado na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, desde 2010. O grupo tem como objetivo desenvolver pesquisas quanto ao conhecimento docente e à interpretação geográfica dos fenômenos espaciais, notadamente junto a professores de Geografia da educação básica.

<sup>2</sup> Alexander Von Humboldt (Humboldt, 1877), Friedrich Ratzel (Ratzel, 1983), Paul Vidal de La Blache (Vidal de La Blache, 1913), Elisée Reclus (Reclus, 1876), Halford John Mackinder (Mackinder, 1891), Jean Brunhes (Brunhes, 1897), Peter Kropotkin (Kropotkin, 2021), Maximilien Sorre (Sorre, 1948), Carl Ortwin Sauer (Sauer, 1966), Richard Hartshorne (Hartshorne, 1939), David Harvey (Harvey, 2012) e Milton Santos (Santos, 1986).

<sup>3</sup> Este artigo faz parte de uma coleção de textos que comunica os resultados da tese de doutorado intitulada “O raciocínio geográfico em perspectiva: a Geografia na BNCC brasileira e na *Indicazioni Nazionali italiana*” (BOTELHO, 2022), elaborada pelo primeiro autor deste artigo e orientada pelo segundo autor. Nessa coleção de textos encontram-se, também, os resultados da interpretação dos conceitos sintáticos localizar, descrever e interpretar, além de discussões acerca da situação geográfica e da pergunta geográfica, de questões epistemológicas, de problemas que envolvem o Ensino de Geografia e, ainda, de outras propostas de desenvolvimento do raciocínio geográfico.

## O ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUA MULTIPLICIDADE DE ENFOQUES

### ***As delimitações e as modificações no nascimento da Geografia moderna***

A dificuldade histórica em classificar a Geografia em algum dos ramos das ciências reflete, de modo direto, naquilo que se entendia acerca de seu objeto de estudo. Neste caso, o que nos importa perceber não é a própria classificação em si, mas a dificuldade em se classificar a Geografia em um grupo específico das ciências, o que revela características de seu conteúdo e certa dicotomia em seus interesses, sendo que, por vezes, era ela considerada uma ciência físico-matemática, como no Renascimento, ou, em outros casos, como ciência histórica ligada à história natural e civil (CAPEL, 1987; ACHÉ ACHÉ, 2010).

Bernardus Varenius, em 1650, chegou a definir a Geografia como uma ciência matemática cujo objetivo era explicar as propriedades do Planeta, suas dimensões, seus movimentos, os fenômenos celestes e outras propriedades. Por outro lado, devido sua dimensão corográfica, era considerada também uma ciência histórica, já que a partir da observação e da pesquisa era possível a elaboração de inventários sobre os lugares (CAPEL, 1987). Mesmo sendo considerada uma ciência entre as mais antigas e prestigiosas, a Geografia chegou ao século XIX, já na modernidade, na iminência de não contemplar um objeto de estudo definido. Nas palavras de Capel (1987), naquele momento a Geografia era “[...] uma ciência do passado que não respondia as novas necessidades” (p.16).

A propósito de se fazer uma comparação entre a Geografia e outras ciências, primeiramente devemos pensar que a Geografia é uma ciência humana, assim como a História, Psicologia, Antropologia, Sociologia, dentre outras. O rol das Ciências Humanas tem como objetivo geral estudar aspectos do comportamento do homem ou os fenômenos culturais humanos. Desta forma, os métodos de estudo dessas ciências e suas relações com os seus objetos de estudo, além de carregar, em certa medida, a subjetividade dos fatos, são diversos de outros grupos de ciências, justamente devido à sua natureza ligada ao homem e às relações espaço-temporais. Ao contrário da Matemática, por exemplo, que tem como objeto de estudo os sistemas lógicos numéricos e de medidas a partir de métodos hipotético-dedutivos capazes de fornecer conceitos precisos, como a Sequência de Fibonacci.

Baseando-se nas ideias de Foucault e Bachelard, Capel (1987) afirma que foi entre a passagem dos séculos XVIII e XIX que houve a ruptura epistêmica do pensamento clássico para o pensamento moderno. Esse fato alterou radicalmente os esquemas do pensamento ocidental, de modo que a episteme moderna possibilitou o nascimento das ciências humanas, uma vez que apareceu o interesse na figura humana e, conseqüentemente, o interesse no estudo de comportamentos, linguagens, representações e, da mesma forma, a presença do homem como sujeito que age sobre a superfície do Planeta. Apesar de a Geografia Humana somente aparecer nos últimos anos do século XIX, ela nasce como ciência moderna após essa ruptura, sob o signo de uma episteme contemporânea (CAPEL, 1987, p.147).

Na medida em que essa disciplina foi sendo desenvolvida, algumas importantes questões estiveram sistematicamente presentes em suas discussões epistemológicas. Primeiro, destaca-se a questão ligada à delimitação do seu próprio objeto de estudo que permeia a sua história. Arrisca-se a dizer que, este fato, em alguma medida, favorecia a segunda discussão: a dicotomização entre Geografia física e humana. E, por fim, observa-se de maneira sistemática a discussão quanto ao desenvolvimento de diferentes abordagens teóricas que foram surgindo e deram suporte aos princípios fundamentais da ciência geográfica ao longo do século XX, o que permitiu criar teorias, modelos e categorias de análise (GOMES, 2009).

As delimitações e modificações sofridas ao longo dos últimos séculos no arcabouço de conteúdos da Geografia, sobretudo nos últimos dois séculos, ocorreram *pari passu* ao surgimento de outras ciências especializadas, sendo que algumas delas passaram a tratar de aspectos até então analisados pelos estudos geográficos (CAPEL, 1987). Dentre essas ciências surgiram, por exemplo, a geodésia, a geometria, a cartografia, a geofísica, a geologia e a ecologia. Segundo Capel (1987, p.16), esse processo de perda e delimitação de conteúdo se associava a um outro: o fato de a Geografia se identificar como um saber enciclopédico, um saber que desde algum tempo era considerado não-científico.

Diante da importância da delimitação daquilo que define uma ciência, Capel (1987) nos aponta sobre a importância de compreender o processo evolutivo das disciplinas e a compreensão sobre quais são os elementos que garantem a sua continuidade, ou seja, seus métodos e técnicas permanentes ao

longo do tempo que a caracterize como tal. Deste modo, no sentido de compreender as fragilidades do ensino de Geografia, torna-se essencial haver clareza quanto à unidade histórica e continuidade da Geografia como ciência.

Apesar dessas questões a respeito das reduções mencionadas gerarem grandes alterações no que se compreendia sobre o conteúdo da Geografia como ciência naquele momento e, também, ao longo do século XX, entendemos sob uma ótica atual que, de fato, tais reduções não restringiam o conteúdo geográfico. Pelo contrário. Ao assumir o espaço como seu objeto de estudo a Geografia viu seu conjunto de questões ampliar e, a partir disso, acreditamos que se abriram a ela outras possibilidades como ciência (VALENZUELA e PYSZCZK, 2012).

Analisando a delimitação do objeto de estudo da Geografia a partir de diferentes abordagens teóricas, podemos afirmar que a Geografia Tradicional, surgida a partir de meados do século XIX, reconhece e concebe o espaço a partir dessas reduções já mencionadas nos parágrafos anteriores. Apesar disso, tal abordagem ainda não considerava o espaço um conceito-chave, não o dava a devida ênfase. As variadas manifestações da Geografia Tradicional comumente concediam maior privilégio aos conceitos de paisagem e região que, àquela altura, estavam ligados ao positivismo e ao historicismo que muitos geógrafos seguiam, principalmente no caso da Geografia francesa. Desta maneira, a abordagem espacial ficava, então, em segundo plano (CAPEL, 1987; ORAIN, 2006; CORRÊA, 2017).

Mesmo influenciado por esse contexto histórico, o espaço está contido e foi contemplado nas obras de Friedrich Ratzel (1844-1904), por exemplo. Segundo Corrêa (2017), Ratzel desenvolveu o conceito de território e espaço vital influenciado por suas raízes ecológicas. O conceito de território está para Ratzel vinculado à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo. Por outro lado, o conceito de espaço vital está ligado às necessidades territoriais de uma sociedade, considerando seu desenvolvimento tecnológico, colocando a Geografia na direção da análise das Ciências Humanas, e “seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica” (MORAES, 1990, p.23). A partir dessa visão, Corrêa (2017) afirma que é por meio da política que o espaço se transforma em um conceito-chave para essa ciência.

Desta maneira, Ratzel estava contrapondo as ideias da Geografia institucionalizada, sobretudo na Alemanha, voltada para as questões da natureza, na busca por uma justificação do seu próprio objeto de estudo a partir do desenvolvimento das Ciências Naturais. É necessário dizer que, naquele momento, especificamente, a maioria dos debates sobre o objeto da Geografia tinham como propósito afirmar o caráter científico da disciplina. Justamente por isso muitos geógrafos rejeitavam os desenvolvimentos humanísticos e históricos da disciplina e sustentavam a ciência geográfica sob o ponto de vista da Geografia Física. Provavelmente tais ideias estivessem sustentadas na obra de Humboldt e sua concepção integradora e útil institucionalizada na escola alemã (CAPEL, 1987; ORAIN, 2006).

Tudo indica que a discussão sobre o espaço não teve a importância devida no âmbito da Geografia Tradicional, e a dualidade entre Geografia Física e Humana tenha roubado a cena durante esse período. Isto fez com que a Geografia Tradicional se voltasse para a questão desta dualidade e, ao fazer isso, começou a se orientar na direção dos estudos regionais e da paisagem (CAPEL, 1987). Hoje observamos que tal direcionamento não estava intrinsecamente relacionado com a dificuldade de se apresentar um objeto de estudo demarcado para a Geografia, de tal modo que o problema era, então, o fato de tal objeto não promover dúvidas sobre a validade científica de seus métodos e técnicas de estudo.

### ***A evolução da categoria conceitual espaço***

Ancoremos às ideias de Milton Santos para melhor compreendermos a evolução do conceito de espaço e a sua delimitação como objeto de estudo da Geografia. Esse autor nos adverte que não se pode confundir a ciência ao seu objeto de estudo. E, neste caso, sugere ele que devemos trabalhar mais com o que venha a ser o espaço, do que com a própria Geografia (SANTOS, 2004). No capítulo intitulado ‘Uma tentativa de definição do espaço’, no livro ‘Por uma Geografia Nova’, Milton Santos nos provoca com questões sobre o objeto da Geografia e a trajetória epistemológica dessa ciência. Com a frase “[...] de todas as disciplinas sociais, a geografia foi a que mais se atrasou na definição de seu objeto e passou, mesmo, a negligenciar completamente esse problema” (SANTOS, 2004, p.144), o autor nos aponta a grande dificuldade da Geografia ao longo de sua história: a definição de seu objeto de estudo.

Na primeira frase do livro 'Espaço e Sociedade', de 1979, Milton Santos já dizia que "O papel do espaço em relação à sociedade tem sido frequentemente minimizado pela Geografia". Afirmava que esta disciplina considerava o espaço mais como "teatro das ações humanas" (SANTOS, 1979, p.9) e, a certa altura, chegou a dizer inclusive que "A Geografia é a viúva do espaço" (SANTOS, 2004, p.118). No entanto, como aponta o autor nos parágrafos seguintes do referido livro, a definição de espaço é uma tarefa árdua, sendo mais fácil definir o que venha a ser a própria ciência, afinal a palavra espaço é polissêmica e serve a inúmeras áreas do conhecimento. Espaço, como afirma Santos (2004), pode ser utensílios domésticos, uma casa, uma cidade, um país, é sinônimo de território, a crosta do Planeta, o espaço extraterrestre, o espaço sideral e todas as suas ramificações. No entanto, é categórico ao afirmar que: "O espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço." (SANTOS, 2004, p.151).

Compreendemos em Santos (2004) que o autor reitera e reforça que os problemas do atraso teórico-metodológico da Geografia, ao longo do século XX, estão ligados em não assumir o espaço social como seu objeto explícito de estudo. No entanto, deixa claro que somente esse reconhecimento não basta se não houver na Geografia a capacidade de se definir as categorias fundamentais de análise, pois é aí que está a orientação permanente de sua teorização.

Valenzuela e Pyszczk (2012) reafirmam que foi ao longo do século XX que o conceito espaço foi se transformando, de tal modo que ao acompanhar essa trajetória é possível perceber os enfoques dados à disciplina Geografia. Para esses autores a resignificação do objeto de estudo da Geografia se deve justamente à multiplicidade de enfoques derivados do pensamento disciplinar, envolvidos com suas distintas perspectivas teóricas e um conjunto variado de categorias analíticas, reforçando o que venha a ser espaço:

[...] A Geografia dispõe hoje de um vasto e variado conjunto de instrumentos conceptuais e metodológicos que resultam do rico contributo que os geógrafos têm dado para o avanço da disciplina e para o conhecimento e compreensão do espaço como um todo, conjunto integrado em permanente transição que é processo e resultado, e que é representado pelas práticas sociais que o constroem e reconstroem, e pelas instâncias dessa construção que vão desde a ação espacial física direta até a produção simbólica, a projeção ou projeto do espaço e o discurso sobre o mesmo. (VALENZUELA E PYSZCZK, 2012, p.91, tradução nossa)

Valenzuela e Pyszczk (2012) caracterizam a Geografia como uma disciplina em que não há um paradigma dominante, de tal modo que distintas correntes do pensamento geográfico permanecem e coexistem de alguma forma, sendo desta maneira que a Geografia se configura como uma ciência multiparadigmática. Isso se deve à necessidade de atender a determinados aspectos da realidade que não podiam ser contemplados sob certas perspectivas teóricas, ou seja, as abordagens tradicionais eram insuficientes para tratar novos temas e, assim sendo, novas perspectivas surgiam para atender a novas temáticas. A partir dessa expansão, a noção de espaço foi se modificando e evoluindo.

Percebe-se, a partir dessas ideias, que o momento atual é caracterizado pelo ecletismo geográfico, com a presença de todas as correntes, com exceção do determinismo. Isso nos leva a pensar que as correntes sofreram, cada qual a sua medida, atualizações teóricas. Os conceitos de espaço absoluto, relativo e relacional fazem parte do ecletismo geográfico atual, no qual é possível trabalhar com todas essas distinções de categorias espaciais, justamente por não haver substituição entre elas. No entanto, o espaço relacional é o que mais se aproxima como objeto da Geografia, como já dito alhures.

Vale a pena sublinhar que o modelo de Kuhn não permite explicar, de modo generalizado, as evoluções da Geografia, sendo um modelo pouco significativo para essa ciência e, talvez, para as outras ciências sociais. Nas ciências sociais os conceitos evoluem, mas, no entanto, coexistem, podem ter certa continuidade e podem ser cumulativos e fluidos; além disso, são fortemente marcados pela subjetividade de seus temas (CAPEL, 1987; SHIMIZU, 2015). Neste caso, a evolução do próprio conceito espaço na Geografia pode ser um exemplo disso.

No intuito de clarear a forma como o conceito espaço foi se desenvolvendo, recorremos uma vez mais a Milton Santos que, em seu livro 'Metamorfose do Espaço Habitado', de 1988, nos traz os conceitos de espaço absoluto, relativo e relacional, a partir da concepção do geógrafo nigeriano Mabogunje (1980), que dialogam com as ideias de Harvey (1989) e Lefebvre (1974):

[...] Em primeiro lugar, o espaço pode ser visto num sentido absoluto, como uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única. É o espaço do agrimensor e do cartógrafo, identificado mediante um quadro de referências convencionais, especialmente as latitudes e longitudes. (MABOGUNJE, 1980, p.52 apud SANTOS, 1988, p.10, grifo nosso)

Em segundo lugar, há o espaço relativo, que põe em relevo as relações entre objetos e que existe somente pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação uns aos outros. Assim, se tivermos três localidades A, B, C, estando os dois primeiros fisicamente próximos, ao passo que C está longe, mas dispõe de melhores meios de transporte para A, é possível dizer, em termos relativos espaciais, que as localidades A e C estão mais próximas entre si do que A de B. (MABOGUNJE, 1980, p.52 apud SANTOS, 1988, p.10, grifo nosso)

Em terceiro lugar, há o espaço relacional, onde o espaço é percebido como conteúdo e representado no interior de si mesmo outros tipos de relação que existem entre objetos. (MABOGUNJE, 1980, p.52 apud SANTOS, 1988, p.10, grifo nosso)

De acordo com Santos (1988), esta última definição do que venha a ser espaço relacional, pode ser comparada à definição de Geografia dada pelo geógrafo japonês K. Takeuchi, em 1974:

Pensamos que a geografia humana atual deve ser considerada como um estudo dos princípios da organização espacial das atividades humanas, ou ainda como análise dos mecanismos e dos processos que regulam o sistema de atividades humanas integradas. (TAKEUCHI, 1974, p.2-3 apud SANTOS, 1988. p.10)

Em convergência com Santos (1988), Valenzuela e Pyszczk (2012) asseveram que o espaço absoluto se concentra na localização e distribuição da população e dos recursos que estão fisicamente vinculados a um ambiente natural, que é específico e diferenciado. Daí a ideia do homem sujeito à influência de seu ambiente natural, tal qual fosse um produto do meio que influenciaria em sua constituição física e moral.

No que diz respeito ao espaço relativo, Valenzuela e Pyszczk (2012) afirmam que, a partir dos anos de 1950, as leis que interessam à Geografia são aquelas que regem a distribuição espacial de certas feições na superfície terrestre. O paradigma quantitativo era sustentado pelo neopositivismo lógico, que considerava a lógica formal e a matemática como única fonte segura de conhecimento, opondo-se a outras considerações científicas para os fenômenos. O contexto que possibilitou o surgimento deste novo quadro conceitual esteve ligado à evolução dos conceitos de espaço e tempo na física e na matemática, mediante o surgimento dos conceitos de espaço relativo e das leis de probabilidade para explicar os comportamentos das partículas elementares (VALENZUELA e PYSZCZK, 2012). Desta maneira, o espaço foi reduzido à noção de distância geométrica. A extensão e a distância foram favorecidas nas análises, que se baseavam em métodos quantitativos, independente dos sujeitos (HARVEY, 1989; VALENZUELA e PYSZCZK, 2012). Tal perspectiva analítica, chamada também de neopositivista ou quantitativa, teve relevância até meados da década de 1970. No entanto, houve a necessidade de modelos teóricos que levassem em conta as condições da sociedade e as questões que envolviam a diversidade social, as estratégias da economia mundial e, sobretudo, determinados componentes da realidade, como a cultura e os meios de comunicação (ZANATTA, 2010).

A partir desse momento, surgem outros movimentos que começam a compreender o espaço com caráter relacional. É o caso da Geografia Crítica e da Geografia Humanista, por exemplo. Nessa primeira corrente, o espaço é considerado como produto da dinâmica do capitalismo em análises escalares global, regional e local. Na segunda, o espaço é o lugar vivido, tornando-se atributo do comportamento humano, entendido como espaço da vivência de sensações, emoções, concepções e pensamentos (VALENZUELA e PYSZCZK, 2012).

De todo modo, ambas perspectivas rompem com a corrente neopositivista. No entanto, somente nos anos de 1980 que o espaço relacional será incorporado, paulatinamente, às análises geográficas. É necessário observar que a partir deste momento o espaço começa a ser considerado um produto social (VALENZUELA e PYSZCZK, 2012).

### **A importância do espaço relacional**

O conceito de espaço geográfico considerado na proposta de desenvolvimento do raciocínio geográfico de Roque Ascenção e Valadão é o relacional, pois é esse conceito que se aproxima do que os autores compreendem ser o objetivo das investigações geográficas. Já o espaço absoluto e o relativo têm importância reduzida, embora estejam também presentes. O absoluto por estabelecer a mera localização de coordenadas geográficas de um objeto na superfície terrestre, de modo a conceber o espaço em sua dimensão concreta, exata e imóvel (HARTSHORNE, 1939). O relativo por considerar o espaço como um plano vazio ao evidenciar as relações entre os objetos, sua distribuição espacial e quantificação, na tentativa de estabelecer ordem e organização por meio da explicação de sistemas. Reiteramos que, apesar de os espaços absoluto e relativo suprimirem os sujeitos e suas ações (VALENZUELA e PYSZCZK, 2012; SANTOS, 1988, 2004), podem eles estar presentes na análise geográfica, mas é essencial que essa análise tenha como pilar fundamental o espaço relacional.

Mas qual é a importância do espaço relacional? É o espaço relacional aquele que incorpora o lugar vivido (espaço da vivência) e que contém a visão do todo integrado sempre em transição, sendo considerado um produto social (VALENZUELA e PYSZCZK, 2012; HARVEY, 2009; LEFEBVRE, 1989). Por essa razão o espaço relacional pode ser considerado “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p.44), socialmente (re)produzido, dinâmico e em constante transformação.

Diante do espaço relacional é inerente na análise geográfica a presença do tempo, da escala e dos processos, de modo que essa base conceitual se torna o fundamento para qualquer análise geográfica. Esse arranjo é considerado o suporte epistemológico que garante que a situação a ser analisada seja geográfica (ROQUE ASCENÇÃO e VALADÃO, 2014, 2017a, 2017b).

Corroborando com a ideia acima, Roque Ascenção e Valadão (2017b, p.180) defendem que “ao ensino de Geografia compete a compreensão da espacialidade dos fenômenos”, e, portanto, reiteramos que é importante e essencial que nesse ensino seja levado em consideração “a relação entre o espaço e o fenômeno, no sentido da compreensão que um fenômeno afeta o espaço onde ocorre, assim como ele é afetado pelas características do local de sua ocorrência”. Segundo esses pesquisadores essa ação vai além de responder o ‘onde?’, ‘o como?’ e ‘o por quê?’, nos encaminhando para a abordagem relacional do ensino de Geografia.

No que se refere à educação geográfica brasileira, Castellar e De Paula (2020) afirmam que ela se difere “substancialmente da matriz epistêmica anglo-saxônica, muito influenciada por Hartshorne (1939)” (p.298), pois as interpretações do espaço no Brasil estão mais centradas nas perspectivas relacional e relativa que naquela meramente absoluta (CASTELLAR e DE PAULA, 2020).

### **AS CATEGORIAS DO CONCEITO ESPAÇO NA BNCC GEOGRAFIA**

Nosso objetivo ao identificar as categorias de espaço presentes na BNCC/Geografia (Ensino Fundamental) decorre da necessidade de se compreender qual categoria espacial é privilegiada, proposta e favorecida no cumprimento da normativa curricular nacional hoje vigente. No intuito de dar cumprimento a esse objetivo utilizamos dos procedimentos metodológicos preconizados pela *Grounded Theory*, o quais permitem compreender fenômenos e descrevê-los a partir do ponto de vista do sujeito, de modo a suportar a sensibilidade teórica, ou seja, verificar o sentido e o significado de dados e informações. Portanto, nessa abordagem metodológica, o papel do pesquisador é aquele de analisar incidente com incidente, fazendo emergir os dados, mediante estabelecimento de categorias conceituais que são relevantes para a observação de questões centrais do objeto em estudo na busca por padrões, que, ao final, servem para explicar o evento e, também para compreender sinteticamente o todo pesquisado (FERNANDES e MAIA, 2001; NICO et al., 2007; ROCCA, 2010; CEPellos e TONELLI, 2020).

Os procedimentos efetivados durante a análise da normativa curricular nacional de Geografia contaram com a seleção, interpretação e categorização do texto da BNCC e dos objetos de aprendizagem e 123 habilidades nele contidos. A parte da BNCC analisada é aquela que se refere ao componente Geografia, para o Ensino Fundamental, com início na página 359 e término na página 395.

Durante a análise desta normativa, nos preocupamos em selecionar expressões que mencionam ou se relacionam com o espaço em sentido abrangente. A pergunta que nos guiou, de início, foi: 'o que isto representa?'. Posteriormente, no momento da categorização, que envolveu a qualificação de excertos selecionados na normativa e das habilidades, buscamos compreender o sentido das informações e a qual categoria de espaço se relacionam. Nessa fase da análise a pergunta norteadora foi: 'a que tipo de categoria tal expressão pertence?'. Cabe ressaltar que a categorização foi o processo utilizado para classificar as informações em categorias dotadas de significado, pois partimos do princípio de que, no caso de um conceito reunir uma série de conceitos mais específicos, estes são chamados de categoria (CORNOLDI et al., 2018).

De modo geral, levando em consideração a informação analisada – excertos e habilidades –, foi possível identificar referências ao espaço de vivência (eV), espaço absoluto (eA), espaço relativo (eRT) e espaço relacional (eRC) (Quadro 1). Do ponto de vista da construção do raciocínio geográfico estas categorias de espaço estão, em alguma medida, hierarquizadas, de modo que reiteramos que o espaço relacional constitui o objetivo maior das análises geográficas e, nele, estão contidas as demais categorias de espaço, quais sejam o relativo, o absoluto e o de vivência. Da mesma forma, compreendemos que no trato do espaço relativo se executam ações frontalmente alinhadas ao espaço absoluto.

Quadro 1 - Categorias de espaço reconhecidas na BNCC/Geografia (Ensino Fundamental).

<b>espaço de Vivência – e V</b> Refere-se ao espaço circunscrito à vida cotidiana das pessoas; onde existe a convivência com outros indivíduos da sociedade, ligado diretamente ao conceito de lugar.
<b>espaço Absoluto – e A</b> Refere-se ao espaço das referências convencionais euclidianas e da simples localização; é o espaço cartesiano, organizado a partir de um sistema de coordenadas.
<b>espaço Relativo – e RT</b> Refere-se à relação entre os objetos geográficos no espaço, buscando validar a explicação de uma organização espacial que na maioria das vezes exclui as práticas sociais.
<b>espaço Relacional – e RC</b> Refere-se à visão do espaço como um todo integrado, em constante transição, onde o fenômeno afeta o espaço e o espaço afeta o fenômeno; “um espaço verdadeira e densamente social, e as dinâmicas a serem ressaltadas são as dinâmicas das relações sociais (ainda que sem perder de vista as dinâmicas naturais e seus condicionamentos relativos)” (SOUZA, 2016, p.31).

Elaboração - os autores, 2022.

No que diz respeito aos excertos selecionados do texto da BNCC, nenhum deles nos traz de modo explícito o conceito das categorias de espaço, como mencionado anteriormente. No entanto, o texto como um todo vai encaminhando para a concepção que contempla, em alguma medida, as relações dialéticas e o todo integrado referente ao espaço relacional, como no trecho a seguir:

Para tanto, é preciso que os alunos ampliem seus conhecimentos sobre o uso do espaço em diferentes situações geográficas regidas por normas e leis historicamente instituídas, compreendendo a transformação do espaço em território usado – espaço da ação concreta e das relações desiguais de poder [...]. (BRASIL, 2017, p.381)

Os excertos selecionados como indicadores do espaço relativo são trechos que nos remetem à ideia da análise de determinado elemento considerando níveis escalares ou de um objeto em relação ao outro, sem que se busque interrelações ou práticas espaciais.

No que diz respeito ao espaço absoluto, encontramos somente um excerto: “Ao tratar do conceito de espaço, estimula-se o desenvolvimento das relações espaciais topológicas, projetivas e euclidianas, além do raciocínio geográfico [...]” (BRASIL, 2017, p.362). Quanto à essa instrução presente na BNCC, nos perguntamos: até que ponto o espaço absoluto é fundamental nas aulas de Geografia? Em que medida o espaço absoluto se vincula com as espacialidades e as práticas espaciais?

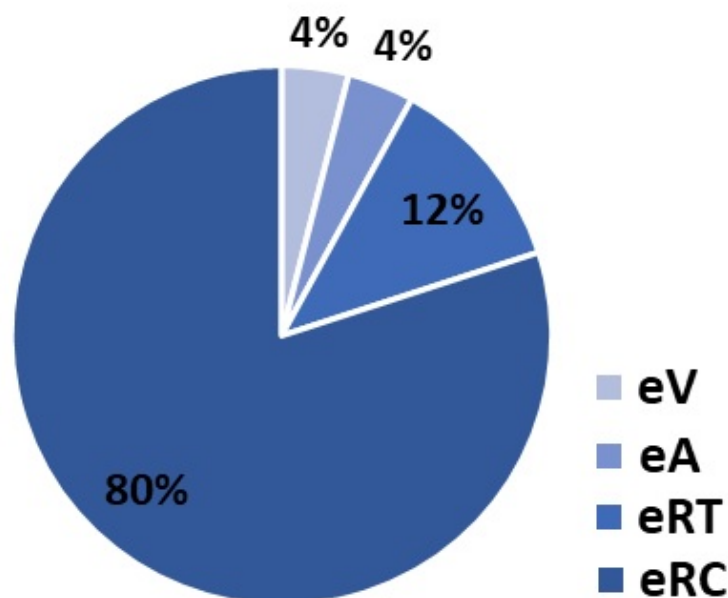


Na normativa é possível perceber que o lugar de vivência se torna referência para pensar níveis escalares que vão do local ao global. No entanto, percebe-se que há um direcionamento no sentido de ultrapassar o conhecimento trazido pelo aluno de seu lugar de vivência, na direção da ressignificação, levando-o a iniciar a elaboração de um raciocínio para além de seu campo de vivência:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, as crianças devem ser desafiadas a reconhecer e comparar as realidades de diversos lugares de vivência, assim como suas semelhanças e diferenças socioespaciais, e a identificar a presença ou ausência de equipamentos públicos e serviços básicos essenciais (como transporte, segurança, saúde e educação). (BRASIL, 2017, p.364)

O total dos excertos selecionados registra baixa frequência na recorrência dos espaços de vivência e absoluto, chegando a estar presente em 4% de cada categoria (figura 1). Em relação a essas categorias, a frequência do espaço relativo é maior, mesmo assim representa baixa frequência, perfazendo 12% do total. O espaço relacional está presente em 80% dos excertos classificados.

Figura 1 - Frequência das categorias espaço na BNCC, segundo análise de excertos.



Elaboração - os autores, 2022.

As 123 habilidades analisadas registram baixa frequência de recorrência dos espaços de vivência (eV) e absoluto (eA), chegando a estar presente em pouco menos de 10%. A frequência aumenta quanto ao espaço relativo (eRT), presente em 17% das habilidades. A frequência aumenta consideravelmente quanto ao espaço relacional (eRC), presente em 68,3% das habilidades (tabela 1).

A partir da interpretação das habilidades, entendemos que não se aplica nenhuma das categorias analisadas de espaço em 4,9% delas. Tais habilidades contemplam dimensões outras, como por exemplo: EF02GE06, que trata da temporalidade cronológica; EF03GE07 e EF04GE10, que se referem à elaboração de mapas e elementos cartográficos; EF07GE05 e EF09GE06, que tratam de fatos históricos; EF04GE03, que trata da organização de órgãos públicos.

O espaço de vivência (eV) consta naquelas habilidades que se relacionam com o lugar e com as atividades do cotidiano, concentradas principalmente nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Quanto ao espaço absoluto (eA), ele está posto em habilidades voltadas para a localização de objetos, segundo sua posição exata ou em sistemas de coordenadas, bem como a orientação espacial e medidas métricas da superfície. O espaço relativo (eRT) está presente nas habilidades que indicam um objeto, um processo ou um fenômeno tomando-se outros por referência, expressando-se por relações topológicas de referência. Quanto ao espaço relacional (eRC), está ele posto em

habilidades voltadas, por exemplo, para possibilidades de análise de um todo integrado que conta com as dinâmicas das relações sociais e naturais. Tomemos a habilidade a seguir como exemplo, a qual classificamos como relacional: (EF04GE11) Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas. (BRASIL, 2017, p. 377).

Observa-se que o espaço relacional, cuja frequência na BNCC é significativamente maior que em outras categorias de espaço identificadas (figura 2), é indicado fortemente no documento, mesmo que de forma implícita, pois não há na normativa menção ao termo espaço relacional. Mas, contraditoriamente, cabe a interpretação das possibilidades de trabalho nesta perspectiva por parte do docente. Lembramos que fomentar o uso da categoria relacional do espaço geográfico é essencial para se obter uma análise que possa, de fato, ser adjetivada de geográfica.

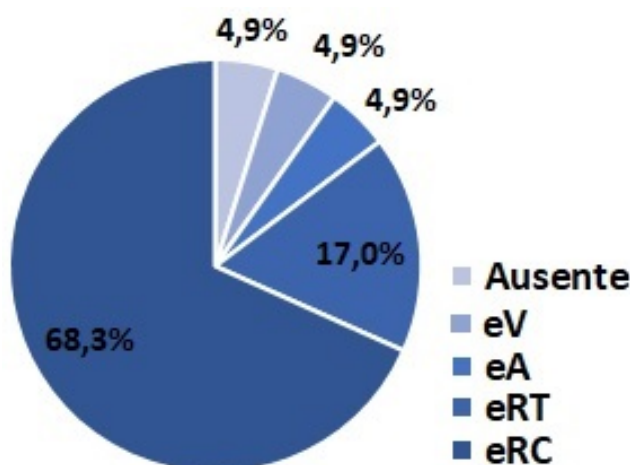
Tabela 1 - Frequência das categorias de espaço nas habilidades da BNCC/Geografia (Ensino Fundamental).

Número de habilidades por ano escolar		Habilidades por categorias do conceito espaço				
		Ausente	e V	e A	e RT	e RC
1º ano	11		02, 10, 11	09	01, 03, 04, 05	06, 07, 08
2º ano	11	06	01, 08, 09	10	05	02, 03, 04, 07, 11
3º ano	11	07	-	06	01	02, 03, 04, 05, 08, 09, 10, 11
4º ano	11	03, 10	-	05, 09	-	01, 02, 04, 06, 07, 08, 11
5º ano	12		-	-	08, 09	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 10, 11, 12
6º ano	13		-	08	03, 05, 09	01, 02, 04, 06, 07, 10, 11, 12, 13
7º ano	12	05	-	-	09, 10, 11, 12	01, 02, 03, 04, 06, 07, 08
8º ano	24		-	-	-	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

<b>9º ano</b>	17	06	-	-	07, 14, 15, 16, 17, 18	01, 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>6</b> <b>(4,9%)</b>	<b>6</b> <b>(4,9%)</b>	<b>6</b> <b>(4,9%)</b>	<b>21</b> <b>(17%)</b>	<b>84</b> <b>(68,3%)</b>

Elaboração - os autores, 2022.

Figura 2 - Frequência das categorias espaço na BNCC, segundo análise das habilidades.



Elaboração - os autores, 2022.

Para o cumprimento do espaço relacional podemos, primeiramente, pensar em questões que orientam o refletir geograficamente, pois, são “perguntas feitas ao espaço e cuja resposta exige a interrelação entre o que o compõe: objetos e ações” (ROQUE ASCENÇÃO et al., 2022). Além disso, tais perguntas nos remetem à lógica da relação entre o espaço e o fenômeno, “sendo o espaço, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais” (SOUZA, 2016, p.235). Portanto, perguntas como: Por que este fenômeno ainda está ocorrendo? O quanto disso observamos neste lugar? Por que as coisas estão onde estão? (DURANT-DASTÈS, 1984) Por que um determinado fenômeno acontece aqui e não ali? Por que dois espaços com características similares reagem ao mesmo fenômeno de modo distinto? Por que espaços com características similares reagem ao mesmo fenômeno de modo semelhante? (ROQUE ASCENÇÃO, VALADÃO e SILVA, 2018), podem mobilizar a interpretação na abordagem relacional.

Para Roque Ascensão et al. (2022, p.259), é no ensejo de se elaborar respostas a questões desse tipo que reside o conteúdo geográfico que será trabalhado, “mediante a busca por analogias, conexões e compreensões a respeito das distribuições, dentre outros princípios didáticos do Raciocínio Geográfico”. Neste mesmo sentido, Labinal (2012) aponta que a dimensão geográfica estaria no modo de pensar e, não, no próprio objeto em si. Segundo o autor, ao formularmos interrogações sobre as relações que ocorrem no espaço, é o caráter dos problemas levantados pelo investigador e sua forma de questioná-los, perante as ferramentas convocadas para tentar resolvê-los, que torna geográfico os seus questionamentos (LABINAL, 2012). Mobilizar tais ações nos conduziria, então, na direção do espaço relacional, ou seja, daquele espaço social onde as dinâmicas das relações sociais devem ser ressaltadas (SOUZA, 2016).

Ao finalizar a interpretação e a análise das categorias de espaço na BNCC/Geografia, é possível afirmar que, para além dos resultados, quando o documento aponta a situação geográfica como recurso metodológico (SILVEIRA, 1999), alinha-se com o ensino-aprendizagem fundamentado no espaço relacional. Essa constatação decorre do fato de que a análise de uma situação geográfica que

engendra elementos, fenômenos e processos físico-humanos estará comprometida com a totalidade do espaço e seu caráter indissociável e solidário. Compreendemos que no entendimento de uma situação geográfica a condição relacional dos fatos e fenômenos seja revelada. Destarte, diante das indicações da BNCC se percebe que o ensino de Geografia se faz segundo a perspectiva relacional, mesmo que isto não esteja esclarecido nas orientações desta normativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso intuito, neste artigo publicado em periódico destinado a conter, possibilitar e dar visibilidade a discussões estritamente associadas à Geografia, é o de chamar a atenção dos professores deste componente curricular quanto às suas escolhas cotidianamente postas em prática em sala de aula. O profissional docente é aquele de quem se espera meridiana clareza quanto ao conhecimento científico que, por meio de sua mediação, é trazido ao contexto da escola. E, no caso da Geografia, implica, minimamente, na clara distinção dos espaços que atravessam a própria ciência geográfica, mas, mais ainda, na atribuição de força e robustez ao espaço que faz a Geografia Escolar uma investigação do espaço.

Ao investigar qual é o espaço privilegiado na atual normativa curricular nacional de Geografia, foi possível compreender que o documento sustenta, contempla e faz uso, em grande medida, do espaço relacional. Isso sugere que a normativa dialoga com questões contemporâneas do campo de pesquisa do ensino de Geografia no que se refere aos conceitos substantivos desta ciência.

Diante do exposto, reiteramos a relevância do espaço relacional como aquele que conduz efetivamente à interpretação das espacialidades, tão essencial à análise que se pretende na construção de um raciocínio geográfico. É esta a categoria de espaço que deve ocupar papel central no entendimento dos professores quanto aos objetivos da educação geográfica na escola, lembrando que os espaços absoluto e relativo, embora ocasionalmente presentes nas aulas de Geografia, devem ser empregados meramente como coadjuvantes na compreensão da espacialidade de fatos e fenômenos; quanto ao papel principal, este sim, cabe ao espaço relacional.

A clara adoção do espaço relacional como centralidade da análise geográfica nos parece ser capaz de delinear de modo mais efetivo a identidade dessa disciplina, impulsionando a qualificação do seu ensino. Mesmo que geógrafos sigam caminhos diferentes, ontologicamente a Geografia tem um proscênio comum, do qual é possível extrair questões intrinsecamente relacionadas ao seu objeto de estudo. Apesar da coexistência de diferentes maneiras de se conduzir um estudo geográfico, o consenso contemporâneo é de que o axioma fundamental da Geografia é o espaço geográfico, em sua dimensão relacional, repleto que está de uma trama de inter-relações entre objetos, ações, processos e fenômenos inerentes ao quadro de uma dada situação geográfica.

## REFERÊNCIAS

ACHÉ ACHÉ, D.B. La síntesis en geografía. **Terra Nueva Etapa**, Caracas, v.23, n.40, p.71-98, 2010.

BOTELHO, L.A.L.A. **O raciocínio geográfico em perspectiva: a geografia na BNCC brasileira e na *indicazioni nazionali italiana***. 2022a. 274f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Cap. 6. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/45286>.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 23 de dezembro de 2018.

CAPEL, H. **Filosofia e scienza nella geografia contemporanea**. Milano: Unicopli, 2004.

CASTELLAR, S.M.V.; PAULA, I.R. de. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S.L.], v.10, n.19, p.294-322, 2020. <http://dx.doi.org/10.46789/edugeo.v10i19.922>.

CEPELLOS, V.M.; TONELLI, M.J. Grounded Theory: passo a passo e questões metodológicas na prática. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.21, n.5, p.1-29, 2020. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eramg200130>.

CORNOLDI, C.; MENEGHETTI, C.; MOÈ, A.; ZAMPERLIN, C. **Processi cognitivi, motivazione e apprendimento**. Bologna: Il Mulino, 2018.

CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, 2017. Cap.4, p.117-140.

DURAND-DASTÈS, F. La question "Où?" et l'outillage géographique **Espaces Temps**, [S.L.], v.26, p.8-21, 1984. <https://doi.org/10.3406/espato.1984.3209>.

FERNANDES, E.M.; MAIA, A. Grounded Theory. In: FERNANDES, E.M.; ALMEIDA, L.S. **Métodos e técnicas de avaliação**: contributos para a prática e investigação psicológicas. Braga: Universidade do Minho, 2001. p.77-107. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4209>. Acesso em: 25 maio 2022.

GOMES, P.C.C. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C.L.; SILVA, M. **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademadan, 2009. p.13-30.

HARTSHORNE, R. **The Nature of Geography**. Kansas City: The Association of American Geographers, 1939. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro-The\\_Nature\\_of\\_Geography.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro-The_Nature_of_Geography.pdf). Acesso em: 21 dez. 2022.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, D. **Cosmopolitanism and the geographies of freedom**. New York: Columbia University Press, 2009.

LABINAL, G. Des raisonnements géographiques. In: CLERC, P.; DEPREST, F.; LABINAL, G.; MENDIBIL, D. (Coord.) **Géographies**: Épistémologie et histoire des savoirs sur l'espace. Paris: Armand Collin: 2012. p.133-138.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991 [1974].

MORAES, A.C.R. A antropogeografia de Ratzel: indicações. **Ratzel: Geografia**. São Paulo: Ática, 1990.

MITCHELL, D. Geography sculpts the future, or: escaping - and falling back into - the tyranny of absolute space. **Studia Neophilologica**, v.93, p.136-154, 2021. <https://doi.org/10.1080/00393274.2021.1916990>.

NICO, L.S.; BOCCHI, S.C.M.; RUIZ, T.; MOREIRA, R. S. A Grounded Theory como abordagem metodológica para pesquisas qualitativas em odontologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.3, p.789-797, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000300029>.

ORAIN, O. La géographie comme science: Quand "faire école" cède le pas au pluralisme. In: Robic, M.C. (Coord.) **Couvrir le monde**: Un grand XXe siècle de géographie française. Paris: Ministère des Affaires étrangères, 2006. p.90-123. <https://doi.org/10.4000/cybergeo.745>.

ROCCA, L. **Partecipare in rete**: nuove pratiche per lo sviluppo locale e la gestione del territorio. Bologna: Il Mulino, 2010. <https://doi.org/10.5380/ret.v6i4.26924>.

ROQUE ASCENÇÃO, V.O.R.; VALADÃO, R.C. Tendências Contemporâneas na Aplicação do Conhecimento Geomorfológico na Educação Básica: a escala sob perspectiva. **Espaço Aberto**, [S.L.], v.6, p.191-208, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/5245>. Acesso em: 11 abr. 2019. <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2016.5245>.

ROQUE ASCENÇÃO, V.O.R.; VALADÃO, R.C. Complexidade conceitual na construção do conhecimento do conteúdo por professores de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v.7, p.05-23, 2017a. <https://doi.org/10.18227/2177-4307.acta.v11iee.4780>.

ROQUE ASCENÇÃO, V.O.R.; VALADÃO, R.C. Por uma geomorfologia socialmente significativa na geografia escolar: uma contribuição a partir de conceitos fundantes. **Acta Geográfica**, Boa Vista, p.179-195, 2017b. <https://doi.org/10.5654/acta.v0i0.4780>

ROQUE ASCENÇÃO, V.O.R.; VALADÃO, R.C. Professor de Geografia: entre o estudo do fenômeno e a interpretação da espacialidade do fenômeno. **Scripta Nova**, Barcelona, v.3, n.496, p.1-14, dez. 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14965/18402>. Acesso em: 11 abr. 2019.

ROQUE ASCENÇÃO, V.O.R.; VALADÃO, R.C.; SILVA, P.A. Do uso pedagógico dos mapas ao exercício do Raciocínio Geográfico. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v.99, p.34-51, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1465>. Acesso em: 11 abr. 2019.

ROQUE ASCENÇÃO, V.O.R.; VALADÃO, R.C.; SILVA, P.A.; ARREDONDO, P.M. Porque nada substitui um bom professor de Geografia. In: Richter D., Souza P. e Menezes P. (Coor.) **Percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar**. Goiânia: Alfa Comunicação, 2022, p.247-266. Disponível em: <https://nepeg.com/livros/percursos-teorico-metodologicos-e-praticos-da-geografia-escolar/>. Acesso em: 19 out. 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SHIMIZU, R.C.G. **Leitura curricular da formação de professores de Geografia: Brasil, Espanha e Portugal**. 2015. 183f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015. Cap.3. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/132209>. Acesso em: 19 dez. 2020.

SILVEIRA, M.L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**, São Paulo, v.6, p.21-28, 1999. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5703428/mod\\_resource/content/0/Texto6a\\_%20Maria%20Laura%20situa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5703428/mod_resource/content/0/Texto6a_%20Maria%20Laura%20situa%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 16 fev. 2021.

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

VALENZUELA, C.O.; PYSZCZEK, O.L. La riqueza del objeto de la Geografía como disciplina multiparadigmática. **Geografia em questão**, Marechal Cândido Rondon, v.5, p.75-95, 2012. <https://doi.org/10.48075/geoq.v5i2.4930>.

ZANATTA, B.A. As referências teóricas da Geografia Escolar e sua presença na investigação sobre as práticas de ensino. **Educativa**, Goiânia, v.13, n.2, p.285-305, 2010. <https://doi.org/10.18224/educ.v13i2.1419>.

---

Recebido em: 15/02/2023

Aceito para publicação em: 16/03/2022